

Os bancos pressionam o Brasil

GAZETA MERCANTIL

25 JUL 1985

por Celso Pinto
de São Paulo

Os bancos internacionais credores do Brasil têm pressionado o País a apressar seu acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), através de sua mais poderosa arma de barganha: as linhas de crédito de curto prazo para as agências de bancos brasileiros no exterior.

Várias fontes consultadas por este jornal confirmaram que tem sido cada vez mais difícil conseguir renovação de linhas de crédito de curto prazo para além do dia 31 de agosto. Alguns bancos internacionais têm pressionado bancos brasileiros a liquidar operações em vencimento, prometendo abrir novos créditos apenas a partir de setembro.

Além disso, têm desaparecido os "excedentes" que chegaram a engordar as linhas de curto prazo — créditos comerciais e interbancários. O mínimo exigido para estas linhas está

definido pela "fase 2" da negociação externa brasileira, do ano passado, que fixou em cerca de US\$ 10,5 bilhões os créditos comerciais de curto prazo e em cerca de US\$ 5,4 bilhões os recursos no interbancário.

Até há pouco tempo havia disponível para os bancos brasileiros um "excedente" sobre este piso, especialmente em créditos comerciais. Hoje, os bancos têm mantido apenas o que foi prometido no acordo.

A concentração das pressões sobre o dia 31 de agosto é facilmente explicável. Neste dia vence a segunda prorrogação feita pelos bancos das linhas de curto prazo (projetos 3 e 4). Estas linhas, incluídas na "fase 2" do acordo externo, venceram em fevereiro deste ano. Como não havia acordo firmado com o FMI, os bancos aceitaram prorrogá-las por noventa dias. Como também, ao final de maio, o Brasil ainda não havia chegado a um acordo com o Fundo, os bancos aceitaram prorrogá-las por mais noventa dias, até 31 de agosto. Esta segunda prorrogação foi mais complicada, e vários bancos recusaram-se, a princípio, a endossá-la.

Os bancos não querem aceitar uma nova prorrogação. De outro lado, não há nenhuma hipótese de firmar-se um acordo mais amplo com os bancos sem que antes o Brasil tenha fechado um programa com o FMI — ou, ao menos, que seu diretor-gerente, Jacques de Larosière, tenha acendido sua "luz verde" em relação ao País. Há razoável pessimismo, de outro lado, sobre a possibilidade de o Brasil e o FMI acertarem suas divergências a curto prazo.

A pressão que os bancos têm feito sobre as linhas de curto prazo é eficaz. Segundo o diretor de um banco brasileiro com importante

agência em Nova York, pressões desse tipo já haviam acontecido no ano passado, durante o processo de negociação brasileira, mas com menos intensidade. "A pressão é violenta e preocupante", define.

A preocupação é tão concreta que tem levado dirigentes de bancos brasileiros com agências no exterior a reunir-se para discutir seus problemas. Uma idéia, ainda em articulação embrionária, é tentar chegar, através da discussão coletiva, a um conjunto de posições comuns que serviriam de "plataforma" de negociação com os bancos internacionais.

Há um foro natural de conversas, formais e informais, entre bancos brasileiros presentes no exterior e os principais bancos internacionais: a reunião anual do FMI, no final de setembro, que neste ano será realizada em Seul, Coreia do Sul. A intenção é que, ao contrário do que usualmente ocorre, desta vez os bancos brasileiros possam usar uma linguagem comum nas discussões que tiverem em Seul.

O efeito prático da não renovação de linhas de curto prazo além de 31 de agosto é...

Os bancos pressionam o...

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)
tradicionalmente, definia operações de até 180 dias. Há algum tempo, este prazo encurtou para 90 dias e hoje não passa de 30 dias.

Como se sabe que algumas agências brasileiras no exterior estão em posição vulnerável em relação ao volume de recursos de curto prazo de que dispõem, é grande o potencial explosivo da atitude dos bancos internacionais. Exatamente para se precaver desta atitude, o Banco Central aprovou, recentemente, a Circular 840, que tem produzido bons resultados.

Esta circular modificou o mecanismo de operações de câmbio dos bancos. Antes, se um banco tinha comprado uma operação de exportação de, digamos 90 dias, só podia antecipar os recursos se tivesse uma linha comercial de curto prazo no exterior (ou algumas outras exceções, como repasse da operação para o Banco do Brasil). A 840 passou a permitir que este banco pudesse vender a futuro a exportação para um outro banco que tivesse a linha de crédito de curto prazo disponível. E que este segundo banco, por sua vez, liquidasse esta operação a vista com o Banco Central.

O resultado concreto é que houve grande antecipação de fechamentos de operações de exportação, de um lado, e utilização de linhas externas que antes ficavam aplicadas nos bancos internacionais, de outro. A primeira consequência foi uma elevação mais

do que proporcional das reservas cambiais, o que explica o salto de US\$ 400 milhões, no último mês, a despeito de o saldo comercial ter-se mantido praticamente inalterado. Este adicional de reservas, por sua vez, permitiu ao BC aplicar mais recursos no interbancário dos bancos brasileiros no exterior necessários, aliviando as pressões.

LIQUIDEZ

Um terceiro efeito foi interno. A liquidação destas operações, em cruzeiros, tem sido um importantíssimo fator de criação de liquidez, contribuindo para a recente baixa dos juros. Como toda antecipação, contudo, este é um ganho que acontece apenas uma vez. Com um agravante: neste caso, também é um ganho que pode reverter em perda equivalente, se mudarem as condições de custo destas operações, vis-à-vis o custo interno do dinheiro.

Apesar de a situação ser potencialmente grave (as linhas de curto prazo somam US\$ 16 bilhões, enquanto nossas reservas totalizam a metade disto), dificilmente alguém acionará intencionalmente o gatilho. A ninguém interessa hoje, em teoria, detonar uma crise desestabilizadora desencadeada pelo Brasil. Em parte, a pressão dos bancos esgota-se em seu objetivo primeiro: funcionar como ameaça, para ampliar o seu poder de barganha.

Seja como for, é um termômetro claro de que a temperatura da discussão da dívida externa brasileira tem subido aceleradamente.